

1ª EDIÇÃO

15 maio de 2025

*Comitê Técnico da
Primeira Infância do IRB*

Primeira Infância em Foco

**Tribunais de Contas
compartilhando conhecimento
para reduzir desigualdades**

***TCE-MS prioriza apoio aos
municípios na elaboração
do PPA 2025***

***Por: Conselheiro substituto
Célio Lima de Oliveira***



Resumo do artigo

O **Programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância**, criado em 2023 pelo TCE-MS, apoia os municípios na elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância (**PMPI**), com objetivo de **promover impacto real na vida das crianças**.

Antes do programa, **só um** município do MS tinha PMPI. **Hoje, são 70 dos 79 municípios**, sendo que 61 contam com comissões de monitoramento e 57 já inseriram a primeira infância no plano plurianual.

Com pilares como **mobilização, capacitação, fiscalização e comunicação**, a iniciativa oferece **oficinas, cursos, seminários, caravanas e ferramentas de monitoramento**. Também resultou no livro **Ações Integradas para a Garantia dos Direitos da Primeira Infância**, com 17 artigos científicos.

Liderado pelo TCE-MS, o programa envolve autoridades e profissionais de diversas áreas e mostra que **é possível unir controle externo, orientação técnica e transformação social**, criando um modelo replicável no setor público.

Conselheiro substituto Célio Lima de Oliveira

Coordenador-geral do Programa Integrado Pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância do TCE-MS





Primeira Infância: TCE-MS prioriza apoio aos municípios na elaboração do PPA 2025

Quando o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) aderiu ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, em 2023, **apenas um dos 79 municípios** sul-mato-grossenses possuía um plano municipal pela primeira infância (PMPI). O dado alarmante foi o estopim para a criação de uma iniciativa ousada e transformadora: o **Programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância**, instituído pela Resolução 185, de 19 de abril de 2023. Em pouco mais de dois anos, a realidade mudou radicalmente.

70 municípios já finalizaram seus PMPIs. **71 instituíram comissões locais** para monitoramento das ações. **57 municípios já inseriram a primeira infância no plano plurianual (PPA)**, conforme os dados disponíveis no Portal da Primeira Infância do TCE-MS, no Painel de Monitoramento do PMPI. O Programa, que tem abrangência territorial em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, envolve uma rede ampla e diversa de participantes: prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais de saúde, educação e assistência social, promotores de justiça, defensores públicos, magistrados, contadores, controladores e técnicos das áreas de planejamento, orçamento e políticas públicas do Estado e dos Municípios.

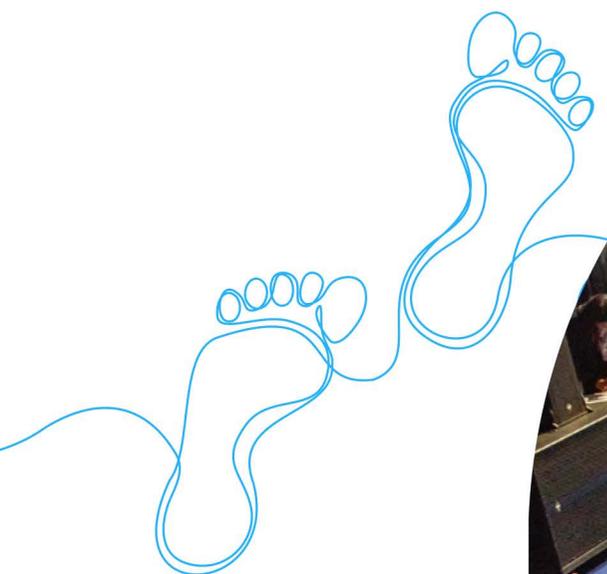
A força do Programa está em sua estruturação sólida, ancorada em cinco dimensões integradas: Mobilização, Capacitação, Fiscalização, Comunicação e Boas Práticas. Desde seu lançamento oficial, em agosto de 2023, o **TCE-MS tem desempenhado um papel estratégico e também pedagógico junto aos seus jurisdicionados**, orientando e apoiando tecnicamente os municípios na construção e implementação de políticas públicas para a infância. Por meio de ações articuladas que integram planejamento, controle externo e formação continuada, o Tribunal tem promovido **um processo educativo e colaborativo**, que fortalece a gestão pública municipal e amplia a efetividade na garantia dos **direitos das crianças** de zero a seis anos.



Os primeiros passos

A jornada começou com a **formação de um comitê de trabalho**, seguido por **eventos de sensibilização** dos auditores e servidores técnicos da Corte de Contas, assinatura de acordos interinstitucionais com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul) e a União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul (UCV-MS). A mobilização foi **acompanhada de ações formativas** presenciais e on-line, oficinas temáticas, produção de vídeos orientativos e capacitações específicas sobre auditoria operacional, orçamento público e elaboração de planos municipais, **atingindo um número expressivo de técnicos em todas as regiões do estado**.

O lançamento oficial do Programa, realizado no dia 04 de agosto de 2023, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo, em Campo Grande, **foi um marco na história das políticas públicas do Mato Grosso do Sul**.



O evento **reuniu mais de 1.500 pessoas**, entre autoridades dos três poderes, gestores municipais, representantes do Sistema de Justiça, conselhos de direitos, educadores, profissionais da saúde, assistência social e lideranças da sociedade civil. Com uma programação intensa e inspiradora, o encontro simbolizou o início de **uma mobilização estadual sem precedentes em defesa da infância**, reforçando o compromisso coletivo de colocar as crianças de zero a seis anos no centro das decisões políticas, orçamentárias e administrativas dos 79 municípios sul-mato-grossenses.

A execução do Programa conta com **uma equipe técnica multidisciplinar**, composta por conselheiros, conselheiros substitutos, auditores, técnicos e professores do Tribunal de Contas, além do apoio essencial da **Escola Superior de Controle Externo (Escoex)** e da **Secretaria de Comunicação do TCE-MS**.





Capacitar, executar e transformar

A valorização do conhecimento gerado também foi prioridade. Em agosto de 2024, durante o **2º Seminário “A Primeira Infância e o Município”**, o TCE-MS lançou o livro **“Ações Integradas para a Garantia dos Direitos da Primeira Infância – Do Planejamento ao Controle”**, reunindo **17 artigos científicos** de 34 autores, incluindo membros do Tribunal, professores universitários e especialistas convidados. A publicação oferece um panorama abrangente sobre os **desafios, estratégias e inovações** adotadas no estado.

O impacto da atuação do TCE-MS foi reconhecido por órgãos estaduais e nacionais. Em dezembro, o trabalho desenvolvido foi apresentado como **referência nacional** em reunião do **Comitê Interseccional da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância**, na Casa Civil da Presidência da República.

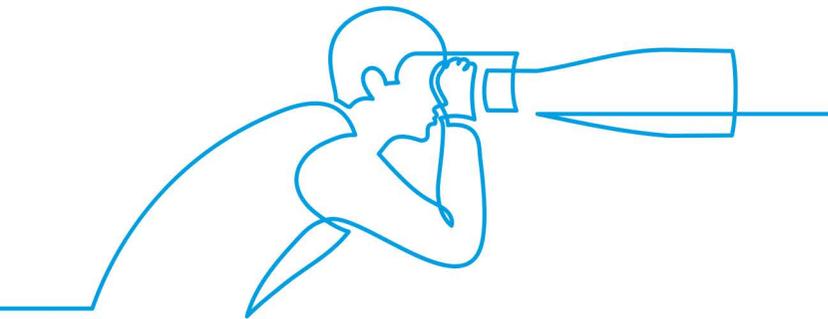
A mudança também **chegou ao orçamento público**. Por meio de auditorias e diálogo permanente com os jurisdicionados, o TCE-MS garantiu **a inclusão de ações voltadas à primeira infância no PPA** do estado e na **Lei Orçamentária Anual (LOA)** de 2024, com o apoio técnico da Secretaria de Estado de Fazenda. Uma série de encontros virtuais e presenciais orientou os gestores sobre como alinhar os PMPs aos instrumentos legais de planejamento e execução orçamentária.



1. Reunião com representantes do governo estadual e da capital para que adequasse seus PPAs de forma a identificar as ações voltadas à primeira infância, servindo de exemplo aos demais municípios do Estado, e contribuindo para a elaboração de uma proposta de PPA que leve em consideração a estrutura administrativa diferenciada destes.

2. Introdução de módulo de planejamento no Sistema E_Sfinge do TCE-MS, utilizando como acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos jurisdicionados, passando a exigir que o Orçamento de 2025 fossem encaminhados ao TCE, seguindo a parametrização prevista no sistema, importada do modelo da União (citar Decreto e Anexos).

3. Definição de um modelo PPA a ser apresentado aos municípios a título de sugestão.



Monitorando a efetividade

Para **acompanhar a execução das ações** previstas nos PPAs relacionadas à primeira infância em Mato Grosso do Sul, o TCE-MS utilizará o **sistema e-Sfinge**, uma plataforma de acompanhamento eletrônico que permite o **envio e a análise das peças de planejamento e orçamento dos municípios**. Essa ferramenta possibilitará ao Tribunal monitorar, **em tempo real**, a inclusão e a execução das políticas públicas voltadas às crianças de zero a seis anos. Além disso, o monitoramento e a avaliação dos impactos dessas ações serão realizados por meio de um **Portal do Orçamento**, que está em construção e será disponibilizado em breve no **Portal da Primeira Infância do TCE-MS**.

Essa iniciativa reforça a **atuação estratégica da Corte de Contas com a fiscalização efetiva, a transparência e o controle social**, permitindo que toda a sociedade acompanhe os avanços dos municípios na garantia dos direitos da primeira infância.

Em março de 2025, foi iniciada a caravana **“Diálogo com o Gestor”**, reunindo autoridades locais em municípios-polo. Os encontros já ocorreram em Aquidauana e Corumbá, e devem percorrer mais seis cidades até o fim do ano, aprofundando o diálogo institucional com os municípios e **promovendo capacitações técnicas sobre a Primeira Infância** no contexto do controle e da gestão pública.

Para ampliar a transparência e o engajamento da sociedade, o canal oficial do **TCE-MS no YouTube** disponibiliza diversos vídeos com registros e conteúdo do Programa, enquanto **toda a população pode acompanhar os avanços de cada município por meio do Painel de Monitoramento dos PMPIs**, acessível no Portal da Primeira Infância do TCE-MS:

www.tce.ms.gov.br/primeirainfancia.



Inspirar também é papel do controle externo

As **lições aprendidas** nesse percurso são valiosas e replicáveis por outros tribunais de contas do país. Entre os principais aprendizados, destacam-se: a força das **parcerias entre entes governamentais e não governamentais** para mobilização e engajamento; a importância das **capacitações contínuas** aos jurisdicionados; o intercâmbio de experiências exitosas **entre os tribunais**; a identificação de **boas práticas que superam os desafios da implantação** e monitoramento das **políticas públicas da primeira infância**; e o uso estratégico do **levantamento de dados** para potencializar a atividade finalística do controle externo.

Para outros tribunais que pretendem seguir esse caminho, **duas recomendações** centrais se impõem: **a elaboração do PMPI deve preceder a definição orçamentária**, servindo como base estratégica para a destinação de recursos; e **o orçamento municipal precisa contemplar o planejamento intersetorial previsto no PMPI**, respeitando a realidade fiscal de cada município, mas garantindo a efetividade das ações propostas.



	<p>2023 Resolução TCE-MS nº 185/2023</p>
	<p>2024 Comissão Municipal Intersectorial</p>
	<p>2024 PMPI - Capacitações Sistema e-Sfinge</p>
	<p>2025 Comitê de Monitoramento e Avaliação</p>
	<p>2025 Plano Plurianual</p>

A experiência do TCE-MS demonstra que é possível aliar controle, orientação e transformação social, promovendo uma atuação institucional abrangente e que deixa um legado concreto na vida das crianças.

O Programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância é mais do que uma política institucional: é um compromisso público com o futuro de Mato Grosso do Sul e do Brasil, afinal “as pessoas que vão transformar o mundo amanhã estão em nossas mãos hoje.”

Conselheiro substituto Célio Lima de Oliveira

*Coordenador-geral do Programa Integrado Pela
Garantia dos Direitos da Primeira Infância do TCE-MS*

 **(67) 3317-1629**

 **celiooliveira@tce.ms.gov.br**



Ficha Técnica

TEXTO

Conselheiro substituto Célio Lima de Oliveira

REVISÃO

Bruno Balduino
Halim Antonio Girade
Heloisa Lima

DESIGN GRÁFICO

Anderson de Castro

Primeira Infância em Foco

Tribunais de Contas compartilhando
conhecimento para reduzir desigualdades

Acesse a 2ª edição do livro
*A Primeira Infância e os Tribunais
de Contas: desigualdades*

